

São Miguel do Cajuru: erro histórico foi corrigido!

JOSÉ ANTÔNIO DE ÁVILA SACRAMENTO*

“Houve uma época infeliz, na ditadura Getuliana, em que a autonomia do Estado e a do Município deveriam ser reduzidas e, então, queimaram os seus símbolos em fogueira (bem nazista) no Rio de Janeiro. A partir de 1938 o País viveu sem nenhuma constituição política: era o regime do caudilho gaúcho, nutrido de doutrina positivista de Júlio de Castilho, Borges de Medeiros, doutrina materialista a qual se somou à do fascismo italiano e até às idéias racistas alemãs, estabelecendo-se os desfiles escolares no Dia da Raça, com a presença do ditador em pessoa no campo do Vasco da Gama. Este nazi-fascismo tupiniquim do Gustavo Capanema, Francisco Campos, Oliveira Viana et alii, só veio a cair de podre quando a gloriosa FEB voltou da luta nas montanhas italianas em 1945, deixando lá em Pistóia quase 500 companheiros enterrados. Desse ambiente mental é expressão um discurso de Vargas a bordo do encouraçado Minas Gerais: ‘...as democracias estão inapelavelmente mortas!’. É a tradição de autoritarismo herdada da península ibérica e que em nossa América Latina, faz da Democracia e do Humanismo, como falou e escreveu Jacques Maritain, um cansativo e quase que inútil aprendizado. Em face do exposto, os ‘sábios’ burocratas do IBGE decidiram eliminar vários topônimos representativos de nossa cultura.” (José de Alencar de Ávila Carvalho, 1925-2000).

Como havia Cajuru em São Paulo e mesmo em Minas, os “sábios” de plantão naquela época resolveram eliminar da toponímia histórica da nossa região, sem nenhuma consulta prévia, a expressão religioso-cultural de **São Miguel do Cajuru**, de antes de 1719, quando o rixento Vigário da Vara dos Feitos Eclesiásticos da Comarca, Pe. Manoel Cabral Camello, aquartelou-se na velhíssima Fazenda do Engenho de São Miguel (origem do distrito) que localizava-se lá bem próximo aos brejos do arraial bandeirante da boca-do-mato (do tupi = Caá + yuru, Cajuru), ou seja, das alturas em que, vindos das matas do sul, o Caminho Velho passava o Rio das Mortes e seus afluentes, atingindo-se os campos limpos, restando, portanto, fechada, a “boca-do-mato”, o **Cajuru**. A expressão, de valor cultural sumíssimo e devoção dos primeiros habitantes do lugar foi riscada do mapa pelos “nazistas e ateus do governo gauchesco” em 1943.

Ora, para os católicos, a troca do nome para Arcângelo foi também um desprezo completo à doutrina bíblica sobre os anjos, sobretudo quando se sabe que **São Miguel** é um dos grandes anjos, saudado pela liturgia como o Príncipe da Milícia Celeste. É pois o arcanjo Miguel, por sua ação, colocado acima de outros anjos, guias, e foi chamado por Deus ao seu serviço e à sua glória, como (arc)anjo dotado de posição superior às ordens, potestades e legiões. O nome dele é, então, um valor religioso importantíssimo, principalmente para o humilde povo da localidade que o tem como padroeiro.

Ficou assim delineada a agressão à nossa cultura católica e barroca, ao nosso interesse histórico e cultural e ao interesse comum. Já estava mesmo na hora de resgatarmos

a bicentenária grafia **São Miguel do Cajuru** no lugar de Arcângelo. Arcângelo foi um empobrecimento, um curvar-se à impostura do ateu, materialista e possuidor de certas misérias físicas que nos agrediu e humilhou com a troca do topônimo. Para o necessário resgate não se acovardaram e já estavam trabalhando, desde o início de 1998, por sugestão de Aparecida de Carvalho Ávila, este autor e José de Alencar de Ávila Carvalho, todos cajuruenses de alma e coração.

Eis que, após várias fundamentações históricas e legais, encaminhamentos a prefeitos e vereadores, defesas na imprensa escrita/falada e televisada, inclusive junto ao egrégio Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, a Câmara aprovou em 20 de junho de 2000 o projeto de lei número 4.505 que “altera o topônimo do Distrito de Arcângelo e dá outras providências”. Continuando a sua tramitação, no dia 27 de junho de 2000 o projeto foi sancionado e transformado na Lei Municipal número 3.536, determinando que, a partir desta data, “**passa a denominar-se Distrito de São Miguel do Cajuru o atual Distrito de Arcângelo.**” É

acontecimento que merece aplausos e configura também um valioso acréscimo ao tombamento do templo local (efetuado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural) e a recente restauração do expressivo acervo pictórico ilusionista sacro da Igreja de São Miguel (do Cajuru).

Tratou-se de princípio constitucional (proteção dos bens de valor histórico-cultural) e grafia correta da linguagem (a que todos bons cidadãos devem obedecer), seguindo o exemplo do resgate havido em Conceição da Barra de Minas (ex-Cassiterita) e no distrito de São Gonçalo do Amarante (ex-Caburu), sendo que, segundo o historiador Antônio Gaio Sobrinho, este último deveria ter sido resgatado como São Gonçalo do **Brumado**. Já que tudo aquilo que é bom é também desejável, falta-nos ainda efetuar o resgate do topônimo original do município de Nazareno (não é Gaio?) e de Ritópolis. Sobre Ritópolis já conversei com o meu amigo Higino que é adepto da sugestão, tendo ele já demonstrado sensibilidade para os valores culturais ao nominar uma obra recém-inaugurada em seu município de “Ponte Santa Rita do Rio Abaixo”.

A filosofia existencial de hoje é uma **filosofia da cultura**, isto é, dos valores, ou seja, dos bens criados pela civilização, quer sejam eles materiais e/ou espirituais, aquisições portadoras de profundo sentido vital e racional, capazes de constituir um rumo para as pessoas, as gerações e os diversos povos: é a **racionalidade da cultura** (corrija-me por favor, se eu estiver errado, o ilustre prof. dr. José Maurício de Carvalho). Perseguindo este pensamento é bom que se comemore o fato que prestigia muito as nossas raízes culturais e, também, nos dá a ligeira impressão que mudanças estruturais, ainda que tímidas, já começam a ocorrer em nossa terra, buscando desfazer lentamente o fato e a impressão de que ainda somos um povo sem memória.

*Presidente do IHG

“Arcângelo
foi um
empobrecimento”

Jornal Gazeta de São João del-Rei

(São João del-Rei -MG, edição de 08 de julho de 2000, pág. 4)